

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira

1. ANTECEDENTES

Aprestatam-se na Baía da Guanabara os navios que levarão de volta a Lisboa a Família Real portuguesa. Há dois dias os curiosos se distraem com o vaivém dos barcos e escaleres, transportando para bordo os funcionários, áulicos, cortesãos e suas bagagens. Finalmente, embarca o velho Monarca.

D. João VI recolhe-se à sua câmara e as lembranças afloram em turbilhão. Mais de 13 anos são decorridos desde que do Tejo partira com destino ao Brasil, furtando-se às tropas do General francês Andoche Junot que a marchas forçadas se dirigia a Lisboa. Rememora o tempo decorrido. A precipitação do embarque; a tempestade em pleno Atlântico; a recepção calorosa na Bahia; a abertura dos portos; o prosseguimento da viagem; o entusiasmo e o calor humano na chegada ao Rio de Janeiro; a declaração de guerra à França; a ocupação da Guiana Francesa, com a capitulação de Caiena; a anexação da Província Cisplatina; a fratricida luta de 1817; a liberação do comércio; a criação do Banco do Brasil; a Imprensa Régia; a Biblioteca Real; a Academia de Belas-Artes; a Fábrica de Pólvora; o Horto Botânico. Todas estas obras assinalam sua passagem pelo Brasil.

O amor à terra crescendo com o passar dos anos e exigindo cuidados para preservar o Reino e a Coroa. Está seguro do que fez nesse sentido, com a constituição do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

Bem que desejava permanecer do lado de cá do Atlântico, longe das intrigas e dos angustiante problemas criados com a Revolução Liberal de 1820. Mas, ali está, prestes a partir. Já percebe a azáfama dos marujos e o som agudo dos apitos.

Tudo começara no Porto. A agitação popular cedo se estendera a Lisboa, visando à implantação de um regime constitucional. O Marechal William Carr, Visconde de Beresford, que em verdade exercia a Regência em Portugal, viera ao Rio de Janeiro, a fim de expor a situação e exigir maiores poderes. Ao regressar, fora impedido de reassumir seu cargo, pela Junta Provisória que se instalara no Governo e convocara as Cortes.

Os acontecimentos tiveram repercussão imediata no Brasil, onde logo irromperam revoltas no Pará (10 dez. 20), na Bahia (10 fev. 21) e no Rio de Janeiro (26 fev. 21).

De há muito vinha protelando o cumprimento das exigências da Junta e procurando uma solução que mais beneficiasse o Reino e a Coroa. Dentro dessa idéia, valendo-se de sua argúcia política, arquitetara duas linhas de ação: 1) permanecer no Brasil, nomeando o filho Regente em Portugal, ou 2) voltar a Lisboa, deixando Pedro na Regência do Brasil. Ambas atendiam o seu propósito de preservar a monarquia dos Braganças, na pessoa de seu filho querido e herdeiro da Coroa.

A segunda linha de ação foi aquela que os fatos lhe impuseram. Pela sua mente perpassam a angústia, a apreensão e a humilhação que sofrera nos últimos dias. Surpreendido pelo movimento que eclodira no Rio de Janeiro recolhera-se a São Cristóvão e mandara D. Pedro ao largo do Rossio (Praça Tiradentes) parlamentar com a tropa revoltada. Diante das exigências não tivera outra alternativa senão retornar o filho com o Decreto extinguindo o absolutismo. Quando chega à cidade para jurar obediência à Constituição e às Cortes assusta-se; o povo cerca sua carruagem, desatreia as parelhas de animais e sai a empurrá-la sob grande entusiasmo.

Correm rápidos os dias tranqüilos de euforia popular. A agitação retorna às ruas. Na escolha dos Deputados à Corte de Lisboa manifestam-se as tendências políticas das várias correntes de opinião. Os ânimos se exaltam. Os eleitores reunidos em assembléia passam a deliberar e exigem que se desfaça sua já anunciada viagem e que seja adotada a Cons-

tituição Espanhola de 1812. São amargas as recordações. Mais uma vez é coagido e tem que obedecer. No dia seguinte, com respaldo da tropa portuguesa da Divisão Auxiliadora que ataca os manifestantes, anula seu ato e se decide finalmente a partir. Deixará o Príncipe como Regente. Lembra-se que lhe dissera: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Levanta-se, sai ao convés e se acerca da amurada. Lança um olhar sobre os navios e a cidade. Fora o último a galgar as escadas, de acordo com o Cerimonial Marítimo, e ao ser recebido no portaló encerrara, com sua augusta presença, o embarque da Família Real. Cerca de 4.000 funcionários e fidalgos distribuem-se pela nau e pelas duas fragatas e os nove transportes. Nada mais lhe resta fazer naquele histórico 26 de abril de 1821. Manda partir a esquadra. Suspendem-se os ferros. Enfunam-se as velas. Para trás vai ficando a Fortaleza de Villegaignon. A de Santa Cruz surge pelo través de bom-bordo. O mar começa a encapelar-se. A nau "D. João VI" deixa a Guanabara e aproa o Atlântico. Em pouco, só o perfil difuso do Pão de Açúcar se desenha na linha do horizonte.

2. REGÊNCIA

D. Pedro vê os navios partirem e se recolhe a São Cristóvão. Naquele mesmo dia começa seu aprendizado como Príncipe Regente, nomeado que fora pelo pai, a 22 de abril de 1821. Mantém o firme propósito de ser leal ao velho monarca e ao povo brasileiro. Não será tarefa fácil. Os liberais querem restaurar o prestígio do Reino português, mas não se apercebem que é impossível uma volta ao passado e insistem em sua cega política de recolonização do Brasil.

A correspondência que D. Pedro mantém com o pai revela sua preocupação constante com a atitude das Câmaras. Em Lisboa como no Rio de Janeiro e nas províncias sente-se a falta de unidade em torno de um pensamento político construtivo.

No Brasil, as correntes liberais e absolutistas contam com adeptos sempre decididos a tirar partido da situação em proveito de suas idéias. A tudo isto se vem somar a presença da tropa portuguesa que se arroga fiadora da posição

do Regente como elemento representativo das Cortes. Tal postura desagradou D. Pedro. Não consegue esquecer que fora coagido a jurar fidelidade a uma Constituição cujas bases haviam sido decretadas pelas Cortes, formalidade julgada dispensável de vez que já havia prestado juramento anteriormente. Não pararam aí as exigências da tropa. Vira-se obrigado a demitir o Conde dos Arcos e nomear um Conselho de Estado para referendar seus atos.

Em Lisboa as sessões das Cortes, tumultuadas e pouco produtivas não propiciavam encontrar uma solução que viesse aos dois Reinos. Em parte, isto era uma decorrência da inferioridade numérica de nossos representantes (nunca atingiu a 70) obrigados a enfrentar a intransigência da quase totalidade dos 130 deputados portugueses.

O projeto de criação de um Congresso legislativo independente no Brasil ensejou o desmascaramento das intenções, até então disfarçadas, daqueles que almejavam a anulação de todas as prerrogativas que o Reino havia conquistado. Assim, decidiram as Cortes, pela Lei de 24 de abril de 1821, tornar independentes os governos provinciais, proibir que fossem exercidos por brasileiros e subordiná-los diretamente aos Tribunais portugueses. Não satisfeitos, pelos Decretos 124 e 125 aboliram os Tribunais do Rio de Janeiro e determinaram o regresso de D. Pedro à Europa, a fim "de aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha".

Para dar cumprimento a essas decisões parte de Lisboa enviou uma frota de 7 navios, sob o comando do Vice-Almirante Francisco Maximiano de Souza. Tal atitude revela o total desconhecimento da verdadeira situação do Brasil e do estado de espírito de grande faixa da população, particularmente no Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. A intransigência e arbitrariedade manifestadas nos atos das Câmaras só serviam para acirrar os ânimos, convencendo D. Pedro e os brasileiros da inutilidade de preservar a união com Portugal.

Diz João Ribeiro: "Com essas medidas, o Brasil, sem governo geral nem tribunais importantes, guardado por forças portuguesas, retrogradava quase à época do descobrimento. Por toda a parte, pois, se conspirou; as maçonarias, as sociedades secretas e um periódico o *Revérbero*, oculta ou abertamente ousaram pugnar ao menos pela emancipação administrativa do país." (*H. do Brasil* — 19 ed. — O Império — p. 349)

3. O "FICO"

Das Províncias chegam apelos e moções pedindo a permanência do Regente no Brasil. No Rio de Janeiro os acontecimentos se precipitam levando D. Pedro a tomar importante decisão, cujo relato faz a D. João VI, em carta datada de 9 de janeiro de 1822.

"Meu Pai e meu Senhor — Dou parte a Vossa Magestade que no dia de hoje, às dez horas da manhã, recebi uma participação do Senado da Câmara pelo seu Procurador, que as Câmaras nova e velha se achavam reunidas, e me pediram uma audiência. Respondi que ao meio-dia podia vir o Senado, que eu o receberia. Veio o Senado, que me fez uma fala muito respeitosa, de que remeto cópia (junto com o auto da Câmara) a Vossa Magestade, e em suma era que logo que eu desamparasse o Brasil ele se tornaria independente, e ficando eu, ele persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte: *Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao Povo que fico.*"

"O Presidente do Senado assim o fez, e o povo correspondeu com imensos vivas cordialmente dados a Vossa Magestade, a mim, à união do Brasil, a Portugal e à Constituição. Depois de tudo sossegado, da mesma janela em que estive para receber os vivas, disse ao povo: *Agora só tenho a recomendar-vos união e tranqüillidade.* E assim ficou este ato."

* * *

Ouvindo a voz do seu povo e obediente ao que lhe ditava o coração, D. Pedro ao permanecer no Brasil tomara uma atitude decisiva e dera um largo passo no caminho da emancipação, colocando-se frontalmente contra as decisões das Cortes. Sua desobediência formal significava um compromisso tácito com o povo brasileiro e com a sorte da nacionalidade.

Apercebendo-se da clara insubordinação do Regente reapareceu com sua arrogância o Gen. Jorge de Avilêz visitando quartéis, em busca da solidariedade de seus comandados, e incitando a soldadesca, que sai às ruas provocando distúrbios, numa vã tentativa de pressionar o Regente a reconsiderar sua atitude.

D. Pedro não se atemoriza. Chama os Oficiais brasileiros que tinham decidido apoiá-lo e entrega o comando da

tropa aos Generais Oliveira Álvares e Joaquim Xavier Curado, subordinando-os diretamente à Regência. De pronto as unidades brasileiras e os patriotas convocados e armados concentram-se no Campo de Santana.

Avilêz, informado do que estava ocorrendo, determina que os brasileiros se dispersem e recolham as armas aos depósitos. Responde-lhe o Gen. Oliveira Álvares que só recebe ordens do Príncipe. Dirige-se a São Cristóvão a fim de apresentar queixa contra os insubordinados que se negavam a cumprir sua ordem. Recebe-o D. Pedro, reprocha seu comportamento e o destitui do Comando das Armas, nomeando para substituí-lo o Gen. Xavier Curado.

Volta Avilêz aos quartéis e desloca sua tropa para o Morro do Castelo, ocupando posições para bombardear a cidade. Dispostos à luta defrontam-se os contendores. D. Pedro ordena a Avilêz que se renda. Retruca o General português que sua ordem contraria as decisões das Cortes e por isto não pode cumpri-la. Envia D. Pedro um ultimato e ao cair da tarde os homens da Divisão Auxiliar retiram-se, atravessam a Baía da Guanabara e vão aquartelar-se em Niterói. Tudo fez Avilêz para permanecer no Rio de Janeiro. Tenta ocupar a Fortaleza de Santa Cruz. Espera inutilmente ser reforçado. Planeja reunir-se a Madeira de Melo, na Bahia. Afinal, asediado por terra e bloqueado por mar, embarca a 15 de fevereiro.

Livre da presença incomoda da Divisão Auxiliadora e dos 1.200 homens, ao comando do Cel. Antonio Joaquim Rosado, que não deixou desembarcar da frota do V. Alte. Maximiano, D. Pedro convidara José Bonifácio de Andrada e Silva, recém-chegado da Europa, para chefiar o Ministério, ocupando a pasta do Interior e dos Estrangeiros.

Inicia o Patriarca seu trabalho e sua ação política buscando recolocar as Províncias sob a autoridade do Regente e, assim, restabelecer a almejada união nacional. Minas alimentava idéias republicanas; São Paulo estava dividido; Bahia, Maranhão e Pará eram fortes redutos portugueses; Pernambuco ainda não cicatrizara as feridas da Revolução Republicana de 1817. Algumas Províncias não se haviam definido.

Para Minas viaja D. Pedro e no regresso de sua bem sucedida visita recebe, no Rio de Janeiro, o título de Defensor Perpétuo do Brasil, conferido pelo Senado da Câmara. Para a Bahia segue um reforço militar. Simultaneamente José Bonifácio obtém do Regente a convocação de um Conselho

de Procuradores-Gerais das Províncias, a fim de elaborar a "Carta de reformas", e a expedição de um Decreto determinando que as leis portuguesas só teriam validade no Brasil com o "Cumpra-se" do Príncipe Regente.

Disposto a levar a luta às últimas conseqüências, antes que sujeitar-se às imposições das Cortes, D. Pedro decreta o combate a qualquer tropa que tente desembarcar no Brasil, sem prévia autorização. No preâmbulo desse Decreto de 1º de agosto de 1822 diz D. Pedro que lhe tendo sido confiada "a dignidade e poder de Regente... dignidade que as Cortes de Lisboa ousaram despojá-lo, como é notório"; e tendo ele aceito "outrossim o título e encargos de Defensor Perpétuo" do Brasil, cumpria-lhe "tomar todas as medidas indispensáveis à salvação desta máxima parte da Monarquia portuguesa"; como as Cortes continuassem "no mesmo errado sistema e a todas as luzes injusto, de recolonizar o Brasil ainda à força das armas; apesar de ter o mesmo já proclamado sua independência política" com a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e considerando que as Cortes pretendiam servir-se de Sua Magestade el-Rei D. João VI "para seus fins sinistros, como prisioneiro naquele Reino, sem vontade própria e sem aquela liberdade de ação que é dada ao Poder Executivo nas monarquias constitucionais manda. "Que sejam reputadas inimigas todas e quaisquer tropas que de Portugal ou de qualquer parte forem mandadas ao Brasil, sem prévio consentimento" e que "se ousarem desembarcar sejam rechaçadas com as armas na mão, por todas as forças militares da primeira e segunda linha e até pelo povo em massa". Mas se apesar de todos os esforços, houver um desembarque "os habitantes que o não puderem impedir se retirem para o centro, levando para as matas e montanhas todos os mantimentos e boiadas, de que elas possam utilizar-se, e as tropas do país lhe façam a guerra dos portos e de guerrilhas, evitando toda a ocasião de combates gerais até que consigam ver-se livres de semelhantes inimigos".

Ainda a 1º de agosto D. Pedro lança o Manifesto aos Brasileiros e cinco dias depois um outro às Nações Amigas. O primeiro, tido como de autoria de Gonçalves Ledo, é considerado por Varnhagen "perfeitamente adaptado às circunstâncias e próprio a produzir no país o maior efeito, como realmente produziu" mas, o segundo, redigido por José Bonifácio, "Era tudo menos um documento diplomático. Pecava por

extenso, e para ser dirigido aos governos estrangeiros, por falta de moderação e conveniência e demasiado fraseado, abusando-se dos epítetos insultuosos" (*História da Independência do Brasil* — 3 ed. p. 128).

Note-se que nos Manifestos, além de ressaltar a situação angustiosa do pai, ainda acenava com a unidade de Nação portuguesa "num só todo político bem organizado", mesmo dizendo no Decreto que o Brasil já havia "proclamado sua independência política".

Graças à situação de José Bonifácio, no Governo; de Gonçalves Ledo na Maçonaria; e de José Clemente Pereira na Presidência do Senado da Câmara e de tantos outros dedicados idealistas o trabalho de união nacional ia aos poucos se consolidando. Pernambuco estava pacificado, Minas também. Mas, na Bahia, a reação aumentava de maneira preocupante, ameaçando transformar-se em perigoso foco de resistência a favor da política das Cortes. A Junta Governativa não dera posse ao Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo que, inconformado reagira e dominara a situação. Também em São Paulo o Marechal Cândido Xavier não conseguira a pacificação e a Junta Governativa apelou para o Príncipe, pedindo um governo nos moldes estabelecidos em Minas.

4. O GRITO DO IPIRANGA

Decide-se D. Pedro a ir pessoalmente a São Paulo, partindo a 14 de agosto e entrando solenemente na capital a 25. Dali vai a Santos onde pouco se demora. A 7 de setembro, já retornando a São Paulo, recebe a correspondência trazida da Corte por Paulo Bregaro, Oficial da Secretaria do Supremo Tribunal Militar e Major Antonio Ramos Cordeiro.

O que se passou está registrado em depoimento dos participantes do episódio. O relato do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, confessor e mentor de D. Pedro, apareceu em 1826, em opúsculo de M. J. Rocha. O Cel. Manoel Marcondes de Melo, comandante da Guarda de Honra do Príncipe, deixou dois depoimentos; um prestado ao historiador A. J. de Melo Moraes, em 1862; o outro, recolhido por seu genro João Marcondes de Moura Romeiro que o apresentou em 1914, em sua tese defendida no Primeiro Congresso de História Nacional realizado no Rio de Janeiro. Também o Maj. Francisco de Castro Canto e Melo que integrava a comitiva do Regente

como seu Ajudante-de-Ordens, escreveu *Memória sobre a Independência do Brasil* que veio a lume em 1864 e começa com a minuciosa descrição da viagem do Regente pelo vale do Paraíba. Os três depoimentos narram, sem muita discrepância, o momento histórico do Grito do Ipiranga.

Diz o Padre Belchior que o Príncipe o mandou ler em voz alta a correspondência chegada do Rio de Janeiro que consistia numa Instrução das Cortes e de cartas de D. João, da Imperatriz, de José Bonifácio e de Chamberlain. D. Leopoldina pedia ao Esposo que voltasse com a maior brevidade, pois eram críticas as circunstâncias. José Bonifácio apresentava o dilema da volta a Portugal ou da proclamação da Independência. Chamberlain dava notícias de Portugal, dizendo que o partido de D. Miguel estava vitorioso. Finalmente, D. João VI aconselhava ao filho obediência às Cortes. Prossegue o Padre Belchior:

“D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois virou-se para mim e disse:

— E agora Padre Belchior?!

E eu respondi prontamente:

— Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil, será prisioneiro das Cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Cartola e outros, em direção aos nossos animais, que se achavam à beira da estrada. De repente estacou-se, já no meio da estrada, dizendo-me:

— Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-se com desprezo de *rapazinho* e de *brasileiro*. Pois verão agora quanto vale o *rapazinho*. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do Governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal!

Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

— Viva a liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante-de-ordens e disse:

— Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal!

O Tenente Canto e Mello cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da Guarda e com ela veio ao encontro do Príncipe, dando vivas ao Brasil independente e separado, a D. Pedro e à Religião!

O Príncipe diante de sua guarda disse então:

— Amigos as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!

E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes, como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão dizendo:

— Laços fora soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil!

Respondemos com um viva ao Brasil independente e separado e um viva a D. Pedro.

O Príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram os chapéus. E D. Pedro disse:

— Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.

— Juramos, responderam todos!

D. Pedro embainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos:

— Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será "Independência ou Morte!"

Prossegue o Padre Belchior dando notícias das festividades que acolheram o Rei do Brasil, como foi chamado no teatro em São Paulo, onde todos usavam laços com as cores verde e amarela.

* * *

Não difere a descrição que nos deixou o Cel. Marcondes de Melo, Barão de Pindamonhangaba em certo trecho de seu primeiro depoimento:

"... A guarda de honra parou no Ipiranga, à espera do Príncipe que, como já ficou dito, ficou atrás e com quem foram encontrar-se Paulo Bregaro e Cordeiro. Após pouco tempo, chegou o Príncipe no Ipiranga, onde o esperava sua guarda de honra, a quem disse e aos de sua comitiva, que as Cortes portuguesas queriam massacrar o Brasil, pelo que se devia imediatamente declarar a sua independência, e arrancando o tope português que trazia no chapéu, e lançando-o por terra, soltou o brado de Independência ou Morte; — o mesmo fez a sua guarda e comitiva a quem o Príncipe ordenou que trouxessem uma legenda com a inscrição Independência ou Morte!"

dência ou Morte. Esta cena teve lugar às quatro e meia horas.”

* * *

Também o Ajudante-de-Ordens e depois Major Francisco de Castro e Mello rememorou, como já dissemos, decorridos mais de 40 anos, os acontecimentos do dia 7 de setembro e em certo trecho relatando o regresso de Cubatão diz:

“Ao chegar ao alto da colina próxima ao Ipiranga, a três quartos de légua da cidade, encontrou o Príncipe ao Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os officios e cartas, que lhe eram enviadas pela Princesa Real e por José Bonifácio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das intenções das Cortes portuguesas, e comunicando-as aos que o rodeavam, depois de um momento de reflexão bradou: — É tempo! . . . Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal! . . .

Em ato contínuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, o arrojou para longe de si, e, desembainhando a espada, ele e os mais presentes, prestaram o juramento de honra que para sempre os ligava à realização da idéia grandiosa da liberdade.

Nesse tempo, vinham ainda a alguma distância alguns companheiros de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, anunciando-lhes a resolução tomada naquele momento. O que foi feito e aclamando todos — Independência ou Morte — dirigiram-se à capital com a maior velocidade.”

* * *

Mais rapidamente, ainda, espalhou-se a nova do que ocorrera às margens do riacho Ipiranga. Assim, ao entrar em São Paulo, já o povo ao longo do trajeto aclamava D. Pedro e à noite, no Teatro, sob vibrantes aplausos ovacionava-o com vivas ao “primeiro Rei brasileiro”.

Apressa-se o Príncipe em voltar à Corte. Recomenda, em proclamação aos paulistas, a união de todos diante da possibilidade de enfrentar uma guerra e lembra a divisa do Brasil: “Independência ou Morte”. Em cinco dias chega ao Rio de Janeiro e na mesma noite de 14 vai à Maçonaria e na seguinte ao Teatro São João, onde, ao lado de D. Leopoldina recebe as manifestações de carinho e os entusiásticos aplausos do povo.

Só restava a aclamação oficial. Comenta Varnhagen:

“Temos hoje a certeza de que a idéia e resolução primeira da proclamação de D. Pedro como Imperador, e até a designação para ela do dia 12 de outubro foi obra exclusiva da maçonaria, e que José Bonifácio não pensava em tal. Conformou-se, entretanto, com a vontade geral, propôs em Conselho de Estado, no dia 11, a fórmula da resposta que devia dar o Imperador no dia seguinte, e, como leal e sincero monarquista, alguns meses depois reconhecia vantagens em ter-se feito a aclamação, para que a autoridade suprema estivesse livre de correr risco nas discussões e deliberações da Constituinte (*História da Independência* — 3 ed. p. 140-141).

Na preparação do Ato de Aclamação do Imperador surgiu séria divergência de opiniões quanto à exigência do juramento prévio da Constituição a ser elaborada pela Assembléia Constituinte, propiciando o rompimento de José Bonifácio com Gonçalves Ledo. Vale recordar como essa crise encontra suas raízes nas correntes de idéias existentes na Maçonaria.

Criado o Grande Oriente, a 2 de junho de 1822, cinco dias depois foi fundado o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, sociedade secreta cuja presidência foi entregue a D. Pedro que recebeu o título de Arconte Rei. Na Maçonaria ingressaria também, mais tarde, a 14 de setembro, como vimos.

No Grande Oriente duas correntes se esboçavam. Uma, liderada por Gonçalves Ledo, e a outra, por José Bonifácio, ambas desejando atrair o Príncipe, o que facilitou sobremodo sua rápida iniciação a ascensão.

Graças às manobras de Ledo foi D. Pedro elevado ao grau de Mestre e, por fim, eleito Grão-Mestre substituindo José Bonifácio que surpreendido desceu a Grão-Mestre adjunto. A partir daí afastou-se do Grande Oriente e tratou de fortalecer o Apostolado.

Apreciando o episódio Sérgio Corrêa da Costa comenta: “O certo é que as duas sociedades, fundadas quase simultaneamente, representam as duas alas da Maçonaria brasileira. O agrupamento de Ledo, preponderante no Grande Oriente, era de tendências liberais, quase republicanas. O de José Bonifácio, onipotente no Apostolado, era de tendências conservadores e eminentemente monarquistas.” (*As 4 Coroas de D. Pedro I* — 4 ed. p. 4).

Evidentemente o conflito era inevitável e logo ocorreu. O motivo aparente, como assinalamos, foi a exigência do ju-

ramento prévio da Constituição. Prevaleceu o ponto de vista do Ministro José Bonifácio contrário ao juramento. Acabaria D. Pedro por proibir a realização das sessões da Maçonaria e o funcionamento do Apostolado.

A Aclamação, a 12 de outubro, teve lugar no Campo de Santana (que passou a chamar-se da Aclamação) com discursos e desfile das tropas, seguido de Te-Deum e Beija-mão.

Fechada a Maçonaria, presos ou deportados seus membros mais influentes e afastados os partidários das idéias republicanas, a 1º de dezembro, aniversário da Aclamação de D. João IV, realizaram-se as cerimônias de Coroação e Sa-gração do Primeiro Imperador do Brasil.

Na opinião quase unânime dos mais destacados historia-dores brasileiros, José Bonifácio desempenhou papel da maior importância no processo de nossa Independência. Pandiá Calogeras julga "No Gabinete de 16 de janeiro de 1822, foi incontestavelmente a figura principal. Nas ocorrências subseqüentes, revelou ser um organizador, o chefe, o estadista. Não fora sua a primeira idéia, mas foi seu destino ser o fundador, o cérebro das instituições sonhadas sentimentalmente e propugnadas pelos maçons do Rio, sustentadas pelo regente e por partidários das províncias vizinhas. (*Formação Histórica do Brasil* — 5 ed. — p. 116).

5. GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Uma das preocupações de José Bonifácio no campo mi-litar foi a organização das forças de terra e mar. Mandando adquirir armas e navios, contratar mercenários, engajar mili-cianos e recrutar oficiais brasileiros.

Terminada a Coroação chegava o momento de cuidar da guerra: Independência ou Morte. Sim; morte, sacrifício e pri-vações para milhares de brasileiros e portugueses em luta no litoral e nos sertões.

Para a Bahia, conduzindo o Gen. Labatut, segue a es-quadrilha do Chefe-de-Divisão Rodrigo Antonio de Lamare. Juntam-se a essas tropas, desembarcadas em Alagoas, as que vinham de Pernambuco comandadas pelo Maj. José de Barros Falcão e avançam para o Recôncavo a fim de incorporarem os patriotas baianos.

Madeira de Melo sentindo-se cercado por terra na capital tenta abrir uma brecha no dispositivo inimigo atacando Cabri-

to e caminhando para o interior. Avança até Pirajá. Aí é detido. Retira-se, batido. Inutilmente procura recuperar a ilha de Itaparica defendida pelo Maj. Antônio de Souza Lima e pelo intrépido Cap. Ten. João Francisco de Oliveira Botas, da Marinha Imperial.

Não obstante estas duas importantes vitórias das armas brasileiras, a luta não arrefeceu. Os contendores recebem reforços. O Cel. José Joaquim de Lima e Silva que substituíra Labatut aperta o cerco da capital enquanto o Alte. Alexander Thomas Cochrane estabelece o bloqueio do porto.

José Honório Rodrigues no seu abalizado estudo "As Forças Armadas", depois de consultar Melo Moraes, Varnhagen e Rio Branco dá-nos um quadro dos vultosos efetivos dos beligerantes. "Estavam assim dispostas frente a frente as duas forças no seu poderio máximo, em maio de 1823. Eram 12 a 14 mil homens do lado brasileiro, contra 10 a 12 mil do lado português. 22 a 26 mil homens em pé de guerra". "A esquadra portuguesa era numerosa, compondo-se de 1 nau, 2 fragatas, 1 churrua, 8 corvetas, 2 brigues e 1 sumaca, montando 438 canhões. A esquadra de Cochrane, de 9 navios com mais de 2.000 praças." (*Independência: Revolução e Contra-Revolução* — Liv. F. Alves — 1975, p. 218).

A guerra se prolongou até 2 de julho, quando Madeira de Melo embarcou de regresso a Lisboa.

* * *

Enquanto se travava a luta no Recôncavo, nos sertões do Piauí, o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié empreendia audaciosa marcha de Oeiras a São João da Parnaíba onde o intrépido Simplício Dias da Silva proclamara a Independência, a 19 de outubro, no Paço da Câmara.

Dois meses decorridos chega Fidié e restabelece a situação, exigindo do Senado da Câmara a renovação do juramento de fidelidade a Portugal. Contou, para auxiliá-lo nessa ação, com a presença do brigue "Infante Dom Miguel" que dias antes aportara a Santa Rosa (Luis Corrêa), enviado pela Junta do Maranhão.

Os Chefes da Revolução, desamparados e sem meios para opor qualquer resistência, abandonam Parnaíba e se refugiam na Serra do Ibiapaba. Mesmo assim, o movimento se alastra e eclode em Marvão (Castelo do Piauí) e Crateús. Na Capital, Oeiras, a 23 de janeiro de 1823, é proclamada a Inde-

pendência e o Brig. Manoel de Souza Martins assume a Presidência.

A presença de Fidié, o reduzido efetivo militar e a preocupação com a junta do Maranhão exigiam decisões rápidas da Junta de Governo presidida pelo Brigadeiro. Alguns poucos reforços chegam do Ceará, mas a situação é muito crítica. De fato, o Sargento-Mor informado do que ocorria marcha sobre Oeiras com seus 1.100 homens e 11 peças de Artilharia. Era preciso detê-lo.

Em Campo Maior os soldados dos Capitães Rodrigues Chaves, Alecrim, Nereu e outros não somam mais de 500 homens, apoiados por cerca de 2.000 patriotas. O encontro com os portugueses se dá às margens do rio Jenipapo. Trava-se sangrento combate: em 4 horas de luta perdem os patriotas duas centenas de mortos e feridos, além de 542 prisioneiros, enquanto o inimigo sofre apenas 80 baixas. Cerca das 14 horas começa a debandada e os patriotas abandonam o campo da luta. Mas os cearenses, em sua retirada, assaltam e pilham os trens de guerra de Fidié que assim, embora vencedor, se vê obrigado a desistir de seus planos ofensivos. Transpõe o Parnaíba e no seu encalço seguem os nossos. Interna-se no Maranhão onde vai organizar a defesa de Caxias.

Aos poucos se reagrupam as tropas dos patriotas do Piauí, Maranhão e Ceará e se aproximam de Caxias que vão cercando gradativamente. A 19 de julho completam o isolamento da vila. Fidié tenta romper o sítio das tropas já agora contendores lutam bravamente durante 3 dias. Fidié sentindo a inutilidade de seus esforços exonera-se do comando a 27 de julho e três dias depois Caxias se rende incondicionalmente.

O Piauí está independente. No Maranhão apenas a Capital e Alcântara ainda resistem. Eis que diante de São Luís surge no dia 26 Lord Cochrane na nau "Pedro I", arvorando o pavilhão português. Com esse stratagem atrai e aprisiona os comandantes dos dois navios que defendiam a cidade, os quais são imediatamente substituídos. Ao entardecer, as naves entram no porto e ao amanhecer do dia seguinte o Forte de Santo Antônio é tomado de surpresa. Só então, a Fortaleza e os três vasos de guerra hasteiam a bandeira brasileira. A adesão foi total. A 28 é solenemente proclamada a Independência do Maranhão.

Demora-se o Alte. Cochrane alguns dias em São Luís mas envia a Belém o brigue "Maranhão", ao comando de John Pascoe Grenfell.

No Pará, as duas tentativas de Proclamação da Independência, a 13 de abril, na Capital, e 28 de maio, em Muaná, foram dominadas pela força e os partidários da independência, enviados presos à Lisboa, onde morreram quase todos.

As notícias da proclamação da Independência no Ceará, Piauí e Maranhão trouxeram novo ânimo aos patriotas.

Chegando a Belém, Grenfell emprega o mesmo estratagemas que fora usado em São Luís. Diz-se elemento avançado de uma esquadra que atacará a cidade, caso a Junta não se submeta imediatamente. A presença do brigue "Maranhão" e a intimação de Grenfell foram suficientes para que a Junta, o Senado da Câmara e o Governador das Armas e outras autoridades reunidas em Conselho decidissem aderir, aclamando D. Pedro e proclamando a Independência.

As dissensões internas continuaram, exigindo a intervenção do Grenfell cujo epílogo é a tragédia dos 252 prisioneiros mortos por asfixia nos porões do brigue "Palhaço".

Também na Cisplatina a guerra caminhava para um desfecho favorável. O cerco de Montevideu estabelecido por Lecor, em janeiro de 1823, veio a completar-se em outubro com a chegada da Divisão Naval Brasileira bloqueando o Rio da Prata. Sentindo a inutilidade de sua resistência e vendo esgotarem-se seus meios D. Álvaro da Costa, em novembro, concorda em retirar-se para Lisboa.

Com a rendição do último baluarte português chegava ao fim a Guerra da Independência.

5. CONCLUSÕES

Expostos assim, de maneira cronológica, os acontecimentos que nos levaram ao Grito do Ipiranga, tentaremos agora identificar as causas remotas e imediatas ligadas à nossa emancipação política.

Na raiz de nossa Independência está a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil.

Quando Junot forçou as fronteiras de Portugal não provocou a fuga desabalada da Família Real. Muito embora a

pressa do embarque pudesse deixar uma falsa impressão, favorecendo múltiplas versões e interpretações conseqüentes do episódio, tudo fora friamente planejado e calculado.

Os estadistas portugueses tinham de há muito considerado a hipótese, embora remota, da transferência da sede do Governo para outras terras pertencentes à Coroa. Já se haviam esboçado anteriormente situações em que a solução aventada fora essa. Assim acontecera ao tempo da união com a Espanha, quando Dom Antônio, Prior do Grato, fora aconselhado a criar uma nação na América; depois, com D. João IV, ressurgiu a idéia, admitindo-se que houvesse um insucesso na Restauração; finalmente, ao tempo do Marquês de Pombal, retomaram-se os estudos desses planos, considerando-se a possibilidade de trazer D. José I para o Rio de Janeiro ou para a Amazônia.

As razões determinantes do reestudo da hipótese de transferência do governo da Europa para a América encontram-se na instabilidade da Monarquia, diante da pressão das armas e das idéias em voga, assim como no agravamento da situação econômica em conseqüência do esgotamento das importações de bens e riquezas para sustento do erário público.

A permanência em Portugal seria a derrota, a submissão e a humilhação frente ao inimigo aguerrido, ao passo que um recuo estratégico de grande profundidade significava a possibilidade de continuar a luta. Não se pode obscurecer o pensamento, dominante na ocasião, de salvar a Rainha e o Regente, preservando a Coroa. Por outro lado, é evidente que tão radical postura acabaria por trazer profundas e sérias repercussões na própria estrutura do governo.

D. João, ao abraçar a idéia da mudança, já agasalhava também o desejo de aqui fundar um novo Império. Essa intenção revela-se claramente no Manifesto de 1º de maio de 1808, quando afirma . . . "A Corte de Portugal levantará a sua voz do seio do novo Império que vai fundar". E, para tanto, trouxera toda uma estrutura administrativa, inclusive pessoal capacitado.

Durante o tempo que aqui permaneceu nunca deixou de trabalhar para conseguir seu desiderato. E a prova disto é que no momento azado assina a Carta de Lei de 6 de dezembro de 1815: — "Dom João por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar, em África de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da

Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que tendo constantemente em meu real ânimo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a Providência Divina confiou ao meu soberano regime; e dando ao mesmo tempo a importância devida à vastidão e localidade de meus domínios na América, à cópia e variedade de riquezas que eles em si contêm; e outrossim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassallos em geral, uma perfeita união entre os meus reinos... me apraz ordenar... que o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil. Que meus Reinos de Portugal, Algarves e do Brasil formem d'ora em diante um só único Reino debaixo do título de Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves”.

A partir daquele ato memorável Dom João elevava o Brasil à mesma estatura política de Portugal. Sábia e corajosa fora sua decisão. Com sua perspicácia política estava unindo os três Reinos “num só e único Reino”, cuja Coroa lhe caberia com o falecimento de D. Maria I, um ano mais tarde.

Interessava preservar a união já que Portugal ainda se ressentia das três invasões conduzidas por Junot (1808), Sout (1809) e Massena (1810). Para enfrentá-las abriu seu território às tropas de seu aliados e vira seu solo talado pela guerra, seu filhos separados pelas paixões partidárias, sua política tutelada pelos estrangeiros, suas finanças abaladas e seu governante, do outro lado do Atlântico.

Mas no momento em que elevou o Brasil “à dignidade, preeminência e denominação de Reino” D. João apontou-nos o caminho que acabaria por levar-nos à emancipação política e, mais tarde, à separação. Por isto não estamos longe de concordar com Oliveira Martins quando em sua *História de Portugal* diz com toda a convicção: “Quem separou o Brasil foi D. João VI”.

Ao transferir-se para o Brasil, ao abrir seu portos ao comércio e, principalmente, ao elevá-lo à dignidade de Reino, com todos os privilégios correlatos, D. João VI foi o arquiteto dos atos que viriam a se constituir nas causas remotas de nossa emancipação política.

Tudo o mais vai ao sabor dos acontecimentos, causas imediatas do movimento da Independência. Tais episódios eram previsíveis e a argúcia do “Rei velho” permitiu-lhe vislumbrar o que estava por acontecer. Tanto assim que acon-

selhara ao filho, em carta de 31 de março de 1822... "regularás a tua conduta conforme as circunstâncias em que te achares regulando tudo com toda prudência e cautela... (As 4 coroas de D. Pedro — Sérgio Corrêa da Costa — pág. 21).

A atitude radical das Cortes, o espírito nacional exacerbado pelas questiúnculas provincianas, o receio de perder as regalias conquistadas durante 14 anos precipitaram a luta pela Independência que começaria com o Grito do Ipiranga.

O "Fico" foi o ponto de partida e a causa maior para a emulação das reivindicações nacionais. É fora de dúvida que uma atitude mais conciliatória das Cortes, tanto em relação ao Rei, em Portugal, quanto ao Regente, no Brasil, teria prolongado a existência do Reino-Unido. A radicalização conduziu a uma solução inesperada. Tivessem as Cortes aceito a Assembléia Constituinte convocada pelo Regente teria havido a emancipação, mas sem a separação. Antonio Carlos confessa: "Quando me achei no Rio de Janeiro ninguém ainda pensava em independência ou em legislatura separadas. Foi mister toda a cegueira e precipitação e despejado anúncio de planos de escravização para acordar do sono de boa-fé o amadornado Brasil e fazê-lo encarar a independência como o único antídoto contra a violência portuguesa". (Ribeiro João H. do Brasil: *O Império*. 19 ed. — p. 349).

D. Pedro desde 1º de agosto decidira enfrentar as Cortes de Lisboa opondo-se à sua tentativa de recolonizar o Brasil, "apezar (dizia) de ter o mesmo já proclamado sua independência política", convocando uma Assembléia Nacional Constituinte.

Chega-se assim ao 7 de setembro. "Só a sua presença entre inimigos e amigos pode salvá-lo (o Brasil) da ruína", dizia a D. Pedro "sua amante esposa Leopoldina", enquanto José Bonifácio apontava os caminhos que se abriam à sua frente: regressar a Portugal ou proclamar a independência, isto é, no dizer do Andrada, entregar-se prisioneiro ou tornar-se Imperador ou Rei.

O Grito do Ipiranga assinala a nossa Independência e a deflagração da luta pela sua consolidação. Como bem observa Afrânio Peixoto: "No Sul a Independência foi 'Te-Deum', beija-mão, aplauso, luminária, flores, fitas e proclamações. No Norte sítio e trincheira, fome e peste, sangue e morticínio..."

A Guerra da Independência levada a cabo em fortes bolsões de resistência na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Província Cisplatina foi cruenta e demorada. Engajada algumas vezes com todos os tipos de armas, desde as mais primitivas, e em muitos casos por conta e risco dos próprios patriotas. Na Bahia caracterizou-se pelos elevados efetivos em presença e pelo caráter nacional que assumiu. No Piauí, pelo sangue derramado em Jenipapo e pelo heroísmo e determinação dos patriotas que prosseguiram lutando, mesmo depois da derrota e do abandono em que se encontravam. No Maranhão o sítio prolongado e desgastante de Caxias teve caráter regional, unindo piauienses, maranhenses e cearenses em torno do mesmo ideal alcançado de libertar o Maranhão. São Luís e Alcântara renderam-se sem luta. No Pará centenas de patriotas pereceram sem saborear o fruto de seu idealismo. Na Cisplatina a vitória foi efêmera.

O sentimento nacional nasceu nos Guararapés, na luta de brancos, pretos e índios contra os holandeses. Mas foi na Proclamação de nossa Independência, nas lutas e paixões desencadeadas que esse sentimento pátrio se alicerçou e, graças à solução monárquica, permitiu assegurar a união de todos os brasileiros.

Nossa homenagem à visão de D. João VI, ao desprendimento de D. Pedro I, ao patriotismo dos Regentes e à moderação de D. Pedro II que souberam preservar nossa Unidade e transformar o achado de 1500 numa Nação grande e livre.